

sendo instalados na rua, vez que deveria ser uma situação excepcionalíssima. Em prosseguimento, a Deputada Lucinha disse que o item 12.13 do contrato de concessão prevê a antecedência mínima de 60 dias para início de execução de obras, em que a concessionária deve trazer ao poder público e à agência reguladora os projetos executivos e demais estudos. Já de acordo com o item 12.5, esses projetos serão exigidos para obras de grandeza acima de 200 milhões de reais. Pergunta-se: existe alguma obra nesse valor? O senhor Robson Cardinelli respondeu que tudo que foi feito até agora nos municípios ainda não é o que está previsto nos contratos de concessão, mas são pequenas intervenções, de pequenas montas, para garantir a funcionalidade dos sistemas. A Deputada Lucinha afirmou que não há nenhuma obra de grande expressão. Isso porque, as concessionárias não querem fazer, e elas só querem ficar fazendo pequenas manutenções na ponta e instalando hidrômetros. A Deputada Lucinha disse que vai começar a filmar todos os hidrômetros que estão colocando na favela Nova Cidade, na avenida Santa Cruz etc., tudo sem o motor ter conhecimento. O senhor Robson disse que já há projeto executivo de coletor de tempo seco na Barra da Tijuca. A Deputada Lucinha afirmou que deseja saber se haverá projetos executivos nas regiões de deserto sanitário, como Baixada Fluminense e Zona Oeste (AP5). Na verdade, vão realizar projetos para a Barra da Tijuca, onde está a arrecadação. A Deputada Lucinha quer saber: lá na Baixada Fluminense, lá em Santa Cruz, qual é o projeto executivo que já existe, no montante de 200 milhões de reais, para atender a população e resolver o problema grave de esgotamento sanitário da região? Se a concessionária está na ponta recebendo valores referentes a água e esgoto, ela tem que realizar os investimentos necessários. Hoje, quem faz obras de água, esgoto, drenagem e pavimentação são as prefeituras ou o governo do Estado, porque as concessionárias não gastam um real. Hoje, há obras na favela do Rolas. Não há um real pago pela concessionária, que tem conhecimento de que está sendo realizada a obra lá. Então, A Deputada Lucinha diz que quer saber: quando vai ter investimento de fato, principalmente nas áreas mais carentes? Finalizando, em função do horário regimental, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Eduardo Vicente Egrejas, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada segue assinada por mim e pelo senhor Presidente. Sala 1801 do Edifício Lúcio Costa, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em catorze de junho de dois mil e vinte e três. (a) Eduardo Vicente Egrejas, Secretário, mat. 201.604-6; (a) Deputado JARI OLIVEIRA, Presidente.

**COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E
SEGURIDADE SOCIAL
COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e trinta minutos, presencial, no Auditório do Centro Municipal de Educação Avançada, no município de São João da Barra (RJ), reuniu-se as Comissões de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social (CTLSSS) e de Segurança Alimentar (CSA), com a presença dos Senhores Deputados Flávio Serafini, no exercício da presidência da CTLSSS e Marina do Mst, Presidenta da CSA. Dando início aos trabalhos, foi declarada aberta a Audiência Pública conjunta, conforme edital de convocação publicado em 29.06.2023, com o tema: Conflitos Agrários Porto do Açú. Em seguida, o Presidente em exercício agradeceu a presença de todos, e convidou para compor a Mesa de Debates os seguintes convidados: Senhora Noêmia Magalhães (Militante e liderança); Professora Doutora Ana Costa (UFF), representantes da Câmara Municipal de São João da Barra (RJ) - Vereadores: Senhor Analiel Vianna (Cidadania); Senhor Chico Quixaba (PP); Senhor Elísio Rodrigues (PL); Senhor Franquês Arêas (PSC); Senhor Julinho Peixoto (PL); Superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/RJ), Senhor Victor Tinoco; Secretária Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos de São João da Barra/RJ, Senhora Marcela Toledo; Doutora Aline Barroco, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro - 3º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (DPE/RJ); Representante do - Instituto Estadual do Ambiente (Inea), Senhora Raisa. A Deputada Marina do MST, na sua saudação inicial destacou a necessidade da busca por saídas coletivas para as questões em tela. E que, tratando-se das demandas relacionadas ao Porto do Açú, há uma atuação histórica e uma longa luta pela garantia de direitos das famílias e comunidades afetadas pela construção do empreendimento do Porto do Açú. O Deputado Flávio Serafini, em sua fala inicial, destacou a historicidade e linearidade dos acompanhamentos desta pauta e luta, pela perspectiva parlamentar que ocorre há alguns anos; inclusive ressaltou que esta é a terceira audiência pública realizada sobre este tema. Foi apontado que inicialmente o conflito figurava numa aparência relacionada diretamente às questões de indenização, retiradas de terra por meio de expropriações e que, na atualidade, há uma reconfiguração destes conflitos, nos quais os principais sintomas se manifestam com o cerceamento ao acesso aos bens e recursos naturais. Em síntese, os parlamentares destacaram que a realização desta audiência pública tem o caráter de buscar solução para os conflitos e violações apresentadas pelas comunidades locais e que o objetivo é que a compreensão de desenvolvimento não seja antagonista, nem ao modo de vida local e muito menos à violação e uso desmedido e descuidado com o meio ambiente. Prosseguindo, foi concedida a palavra à Professora Dra. Ana Costa, representante da Universidade Federal Fluminense, que fez uma breve saudação para todos os presentes, destacou a felicidade em reencontrar colegas e amigos de longa data. Fez uma saudação afetuosa e nominal em nome da Sra. Noêmia Magalhães, como uma representante legítima e legitimada pelos processos de resistência e como suas ações e sua própria figura são fundamentais e reverberam para um conjunto maior e mais amplo de pessoas vítimas de megaempreendimentos, em todo Brasil. Na continuidade de sua explanação a Professora Ana indagou o "status megalomaniaco" dos megaempreendimentos, que apesar de suas grandes dimensões, se utilizam de práticas escusas para não reduzir e/ou mitigar os possíveis (e, previsíveis) danos que suas implementações podem ocasionar à vida das comunidades locais e, também ao meio ambiente, como figura-se no caso do Porto do Açú. As dimensões referentes aos impactos causados pela implementação do Porto do Açú, podem ser comparadas às dimensões maiores que o município de Búzios (RJ), ou até mesmo aos sete mil e trinta e seis hectares de terra; ao considerarmos a extensão dos territórios retirados e das famílias expropriadas do Açú. Explicou que a construção do Complexo do Porto do Açú é um processo de expropriação dos recursos naturais, sendo a terra o principal recurso em questão. Contudo, outros impactos foram resultantes desta intensa e significativa intervenção humana realizada: há impactos relacionados à salinização do solo, das águas e das plantações. O procedimento para a implantação do Complexo não seguiu o que legalmente está previsto, diante da dimensão de seus possíveis impactos. Assim, a realização de mais uma Audiência Pública concretiza a necessidade de escuta das comunidades tradicionais e locais do 5º Distrito, atingidas pelo Complexo do Porto do Açú. E reforça a urgência de obter apontamentos e respostas do órgão privado responsável pela gestão do Complexo do Porto do Açú, assim como, os próprios órgãos públicos que eventualmente também possam ser solidariamente responsáveis. Isso porque considerando as dimensões e magnitudes das obras do Complexo do Porto do Açú as licenças que autorizam sua construção deveriam ter sido emitidas pelo Ibama e não pelo Inea. A escolha intencional de fragmentar a solicitação de licenças foi uma das escolhas legais para mascarar não só a grandiosidade da obra, quanto os possíveis danos às comunidades e ao território em questão. O caso das comunidades locais do Açú também comprova que a expropriação dos recursos naturais e uma compreensão neoliberal sobre desenvolvimento estão em curso numa dimensão globalizada, quando nos atemos à dinâmica e ao papel desempenhado pela empresa privada Prumo. A Drª Ana Costa concluiu sua fala, destacando que têm a urgência e necessidade de construir alternativas, para que seja possível responderem e apresentarem coletivamente saídas/soluções possíveis. Isso, considerando a sabedoria ancestral e centenária destas comunidades tradicionais e locais, enquanto aquelas que cuidam e guardam não somente as plantas e animais; mas um modo de vida, suas

memórias, sua trajetória e também a possibilidade de uma vida na qual seja possível equilibrar vida humana e natureza, como um só organismo. Em seguida, foi concedida a palavra à Dona Noêmia, que iniciou sua fala saudando todas(os) e agradecendo especialmente a professora Ana Costa, pelo companheirismo, pela sabedoria e por tê-la ensinado a errar menos. Disse que, de acordo com o que ela pensa e vê, os engenheiros do porto deveriam ter procurado as comunidades tradicionais para entender como o Açú funciona, que deveriam ter tentado com um pescador, um agricultor ou com uma mulher mais velha e perguntado: "Como é a terra daqui?", "Como se sustentam os agricultores e pescadores?", "Quais as relações importantes nas comunidades?". Assim, esses engenheiros se curvaram diante da simplicidade, da sabedoria e da beleza dos moradores(as) de São João da Barra. afirmou que quem mora no quinto distrito só pensa em ter uma vida com dignidade, na qual seja possível viver bem, pagar consultas médicas e ter tranquilidade. Ela, assim como os agricultores, pensa na solidariedade com os semelhantes e no dia a dia, mas não em acumular nada para o futuro. Disse, na sequência, que é mineira e que veio para o distrito há muitos anos, onde viveu bem e feliz até a chegada do Porto. No início das obras, ela e os vizinhos acreditaram que o porto traria melhorias, porque o povo do porto e da reserva têm "a boa conversa", mas não têm a sinceridade e a sabedoria dos agricultores e pescadores do quinto distrito. Concluiu, então, que foi um ledo engano e que o Porto trouxe muita coisa ruim para as pessoas. Reclamou da situação de injustiça e disse que fica muito indignada, porque teve que desistir de conviver com sua família por medo, uma vez que sofre muitas ameaças e já teve um revólver apontado para sua cabeça e sabe que está em perigo. Ainda assim, reforçou que tem um respeito e um amor muito grande por São João da Barra e que antes de partir para outro plano, seu sonho é ver justiça! Encerrou sua fala pedindo que devolvam as terras do açú e que abram a porteira da Lagoa de Caruaru, uma vez que a única entrada permitida pela empresa fica há muitos quilômetros de distância. Agradeceu a todos(as) que participam da luta e convidou àqueles que sentem medo a não serem covardes, porque é preciso que todos(as) se envolvam nesse grito de justiça, para que histórias como a do Senhor Aluizio, que ficou dois anos em um quarto de hospital por ter adoecido ao perder suas terras, não se repita e não seja esquecida. Finalizou afirmando "Eu quero que o porto nos respeite, porque estamos vivos e vamos continuar". Dando continuidade, foi concedida a palavra aos representantes da Câmara de Vereadores de São João da Barra (RJ): Vereador Analiel Vianna (Cidadania), no início da sua fala disse que não há e nunca houve a chegada do Complexo do Porto do Açú. Há sim, a necessidade de que este megaempreendimento respeite as tradições e o modo de vida pré-existente à sua chegada, e que tomem atitudes, no intuito de garantir uma convivência harmônica entre o Porto e as comunidades tradicionais que já residiam e moravam na região. O Vereador afirmou ainda que há mais de uma década a região convive com adocimentos, falecimentos e dores de ordem física e emocional, resultantes das inúmeras violações de direitos dos pequenos agricultores e pescadores. Disse que esse contexto intimida e afeta a disposição e o desejo da juventude da comunidade local em manter-se neste território. O que se percebe é uma total descon sideração em relação à autonomia dos desejos reais de pequenos agricultores e pescadores das comunidades tradicionais locais. Outro elemento de suma importância está na questão relacionada às expropriações violentas, sem que agricultores e pescadores atingidos pelo Complexo do Porto do Açú sejam devidamente indenizados. O Vereador Analiel fez um pedido para que os Deputados permaneçam comprometidos com a luta insistente para que os direitos dos agricultores e pescadores sejam de fato assegurados. Destacou que há reflexões de impactos do Complexo do Porto do Açú perceptíveis a olhos nus, como em Areal: que visualizamos a salinização, a mortandade de peixes, a mortalidade das plantas e a transformação na própria vegetação. Mencionou a necessidade de acessar e questionar a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), em relação à sua cota de responsabilidade. Aponta a necessidade de convocar o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), para que ele apresente respostas e justificativas, em relação às violações de direitos dos agricultores e pescadores, em especial, os impedimentos de acesso aos recursos naturais; como a Lagoa de Iquipari, a salinização dos solos, das águas entre outras incidências e questionou, inclusive, sobre a autorização para a construção do empreendimento que está sendo construído ao lado da Lagoa de Iquipari. afirmou que nos últimos períodos uma narrativa falsa e violenta está em construção, com intuito de culpabilizar e responsabilizar os pequenos agricultores e pescadores, como se estes fossem agentes que poluem e atacam o meio ambiente da região. Concluiu afirmando que, portanto, a grande e inevitável tarefa e compromisso é para que o povo do 5º Distrito de São João da Barra possa ter garantido seu direito de ir e vir e o direito efetivado de livremente acessar os recursos naturais. A seguir, foi dada a palavra ao Vereador Chico Quixaba (PP), que em sua fala destacou que como parte e fruto da comunidade, discutir a realidade da população do Açú, necessariamente, para ele trata-se de uma temática que se vincula diretamente com sua trajetória pessoal, por conta da questão familiar e de memória. A situação atual de impedimento de acesso aos recursos naturais trata-se de uma violação ao direito de ir e vir. E que é fundamental que a população tenha a dimensão que o Inea é uma entidade/instituição, que nitidamente carrega em si e em sua atuação um caráter que também é político. Por fim, o Vereador Chico Quixaba aponta que há uma contradição visível e concreta apresentada pela chegada do Porto do Açú; pois ao mesmo tempo que este empreendimento se nomeia como uma "marca maior" de desenvolvimento, é exatamente sua chegada que ataca e violenta diretamente o meio ambiente e seu ecossistema de existência. Por fim, o Vereador Chico afirmou que o Porto do Açú destruiu e afetou drasticamente o meio ambiente e, em 2012, por meio de uma RPPN, a própria gestão do Porto do Açú visa "preservar" o resultado de sua própria violência ambiental destruidora. Com a palavra, o Vereador Elísio Rodrigues (PL) agradeceu a disponibilidade e presença de todos os presentes. Salientou a importância desta Audiência Pública e reafirmou a dimensão e relevância do apoio da Alerj e a presença de Deputadas e Deputados, nesta pauta. Mencionou que na última Audiência Pública realizada pelos vereadores não havia a presença de nenhuma representação da gestão da Reserva Caruaru. Colocou-se à disposição para buscar uma solução, para a reabertura da cancela, ainda na próxima semana e que, certamente, a Câmara Municipal de São João da Barra tratará a questão com a seriedade e urgência necessária. Indagou ainda qual seria o motivo para que a gestão da Reserva Caruaru, mais uma vez, se negasse a dialogar aberta e profundamente sobre as questões envolvendo o Porto do Açú. Comprometeu-se a pautar a questão da abertura da cancela com seriedade na Câmara Municipal. Encerrou dizendo que essa é uma luta de todo o estado do Rio de Janeiro e solicitou uma agenda com o Inea para que o município possa apresentar o outro lado da narrativa para garantir o acesso a reserva. Com a palavra, o Vereador Franquês Arêas (PSC) apresentou-se, mencionando que já está em seu quarto mandato e afirmou que nunca teve nenhum Projeto de Lei para fechamento de ruas e estradas e que eles jamais aceitariam isso. Disse que tem muitas questões preocupantes, como o acesso dos pescadores, as antenas que caem e impedem a agricultura e a indenização não recebida. Concluiu denunciando a ausência dos responsáveis pelo Porto do Açú na presente audiência, o que na sua opinião demonstra descompromisso e descaço. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao Vereador Julinho Peixoto (PL), que iniciou sua fala destacando que a luta pelo reconhecimento e pelo direito das comunidades afetadas pelo Complexo do Porto do Açú não se trata de uma pauta recente, datada do ano de 2023, essa luta não é recente. Destacou que tentativas infrutíferas ocorreram, com o objetivo de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas, com a participação de todos os atores envolvidos na atuação da Reserva Ambiental Fazenda Caruaru. Citou como exemplo a Audiência Pública realizada na Subprefeitura de Sabonete, no 5º Distrito, que teve o intuito de ouvir os posicionamentos dos órgãos privados que realizam a gestão do Complexo do Porto do Açú e que, no entanto, não contou com a presença de nenhum representante legal da empresa gestora. Ao concluir, o Vereador Julinho Peixoto, conclamou para que os Deputados se unam, reiterando que

a população das comunidades tradicionais locais aguarda por respostas, pois, caso contrário, o Complexo do Porto do Açú destruirá os agricultores, pescadores e acabará com toda população. Retomando a palavra, a Deputada Marina do MST fez uma intervenção sobre a luta diária, dizendo que as falas revelam o que convivemos todos os dias: os poucos ricos enriquecendo e as famílias pobres empobrecendo cada vez mais. afirmou que essa situação do Porto é um grande exemplo de como se produzem "sem terra", porque tiram os trabalhadores e trabalhadoras de suas terras e impedem que as(os) agricultoras(es) produzam em seus territórios. Saudou o Seu Manoel Poirera, pela luta histórica na região e pela presença na audiência; também registrou a presença de assentados e acampados de Campos dos Goytacazes, como Reginaldo, Fernanda, Davi, Mineiro e Matheus. Dando continuidade, foi concedida a palavra à Defensora Pública Doutora Aline, que iniciou sua contribuição com uma homenagem à fala da Dona Noêmia e dizendo que se sensibiliza muito ao escutar a história da luta coletiva das comunidades tradicionais. Recordou que a Defensoria Pública do Estado esteve presente em alguns momentos desse conflito, como na ação desapropriatória e no momento efetivo da desapropriação. Comprometeu-se a construir estratégias de efetiva compensação para os(as) atingidos(as). A Doutora Aline encerrou sua fala reforçando seu compromisso com a causa e com duas propostas: - realização de um mutirão para garantir o máximo de direitos a essa comunidade, inclusive sobre elementos não necessariamente coletivos e a criação de um grupo de trabalho efetivo, para que as cobranças aos órgãos responsáveis sejam efetivas, principalmente, em relação ao Inea, que nega o acesso de algumas áreas à população, sob a justificativa de crime ambiental, quando na verdade, a própria empresa descumpra com os estudos ambientais feitos. Com a palavra, o Coordenador do Ministério do Desenvolvimento Agrário no RJ, Senhor Victor Tinoco se apresentou e parabenizou o Deputado Flávio Serafini, por acompanhar a luta do Porto do Açú há três mandatos na Alerj. Também parabenizou a Deputada Marina pela luta, enquanto movimento social e que agora se aproxima, enquanto deputada. Reforçou que não há democracia sem a escuta do povo e que o fato da audiência pública acontecer no território, fora da Alerj, potencializa isso. Saudou todas(os) agricultoras(es) e pescadores do Açú e disse que todos(as) têm papel fundamental para o município. Menciona ainda que, recentemente, o presidente Lula lançou o maior Plano da história e que a agricultura familiar tem papel importantíssimo no Brasil e no Estado do Rio, no combate à fome. E que assim, acredita que a produção de alimentos é uma das medidas para chegar ao consenso com o porto. afirmou que um ponto importante é que cerca de 1500 famílias foram expulsas de suas terras e que o fechamento da porteira na Caruaru é inaceitável, porque interfere no dia a dia, mas também na memória do distrito. Encerrou dizendo que, como representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem que se conversar e tentar avançar, para que a porteira Caruaru seja aberta, para a pesca na lagoa e no mar e que sejam produzidos abacaxi e maxixe. Em seguida, a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos, Senhora Marcela Toledo agradeceu a todas(os). Disse que algumas coisas faladas na audiência, provavelmente, estão no zoneamento urbano e ela não tem conhecimento porque estariam ligadas à Secretaria de Obras. afirmou que participa do Conselho Caruaru, como membro efetivo, e que em novembro teve uma convocação de reunião, para o mês seguinte, com a questão do fechamento da porteira como ponto de pauta, com apenas um informe para a população. Disse entender que a preocupação deva também girar em torno do meio ambiente e de sua proteção, para impedir ilegalidades. Concluiu afirmando que a sua posição pessoal e a posição institucional da Prefeitura de São João da Barra é de que o fechamento não deve ser a solução. Que se conscientize e reedue. Dando prosseguimento, foi concedida a palavra à representante do Inea, Senhora Raisa, que fez uma fala breve afirmando não ser a responsável e que todas as questões da audiência seriam tratadas diretamente com a presidência do órgão. Retomando o uso da palavra, o Deputado FLÁVIO SERAFINI destaca a necessidade de lutar para que as terras que estão desocupadas sejam retomadas pela agricultura familiar, afinal, a empresa se comprometeu a fazer um distrito industrial, mas na verdade está alimentando a especulação fundiária no todos os inscritos fizeram uso da palavra, contribuindo com as seguintes considerações: A proposta de um aluguel social para socorrer as famílias que não foram indenizadas (Rodrigo); Que os efeitos e consequências não se limitaram aos territórios que foram expropriados. O entorno também sofreu consequências e foi atingido pela implementação do Complexo do Porto do Açú, porque a construção de um megaempreendimento, sem considerar de fato seus potenciais resultados afetou também os aspectos relacionados à segurança alimentar (Senhor Davi - Assentamento Che Guevara); A apresentação de um documento com levantamento de dados de 2019 a 2020 feito pelos estudantes, técnicos e pesquisadores do projeto territórios do petróleo, que foi entregue fisicamente para a Deputada Marina (Senhor Elias); A denúncia, no que diz respeito às torres que impedem a agricultura e à questão dos gados, que ficam nas áreas que foram se abrindo naturalmente, porque o gado adentra onde ele já estava acostumado a pastar e, também, onde tem água - mesmo que a água seja salinizada pelo Porto, sendo que vários tanques foram tapados com sal, só para que os trabalhadores não acessassem. Também denunciou que com o desmatamento, muitos animais como cobras e escorpiões vão para as casas das pessoas e reivindicou a abertura da porteira de Caruaru (Senhor Cleiton Barreto); A pergunta feita ao Inea sobre sua posição política e fiscalizadora dos aspectos socioeconômicos que afetam pessoas que vivem dos recursos naturais e cuidam do meio ambiente. Seguida da denúncia de que a comunidade tradicional não está participando dos processos participativos (Senhora Maria Helena); As informações de que existem dois decretos desapropriatórios, um de 2008 e outro de 2009. E de que as ações foram propostas em dezembro de 2010. Desapropriaram e venderam toda a área para o Porto do Açú, em agosto de 2010, ou seja, antes da proposição da ação. Hoje estão em torno de 29 a 35 reais o metro quadrado. Mas há indícios de que há venda de áreas de 150 a 343 reais o m² (Senhor Rodrigo Pessanha); A denúncia de que há situações semelhantes acontecendo em Presidente Kennedy e que existem propostas de outro porto, em São João de Itabapoana (Senhora Priscila); Destaque para o fato de que os pescadores não poluem a lagoa, nem desmatam a natureza. E a reclamação de que o que o Porto e a Reserva fizeram com o quinto distrito foi uma covardia (Seu Manel); A denúncia de que o Porto do Açú entrou no território apenas para matar os animais, a floresta e salinizar a água. E a revolta com um episódio, no qual o poder federal foi responsável por aterrar um poço e matar centenas de peixes. A seguir, foram apresentando os seguintes encaminhamentos pelos Parlamentares: 1. Encaminhar solicitação de apoio ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com a finalidade de garantir para as comunidades tradicionais do 5º Distrito acesso à Lagoa de Iquipari (São João da Barra/RJ), para utilização da Lagoa; 2. Encaminhamento de solicitação para que o Conselho Consultivo da Reserva Caruaru, para que reconsidere o fechamento e reabram a porteira de Caruaru, para garantir o acesso e direito de ir e vir das comunidades tradicionais da região do 5º Distrito; 3. Verificar a existência ou não de legislação municipal que tenha autorizado o fechamento do acesso à praia; 3.1 Em caso de inexistência de legislação municipal, apresentar e solicitar da Prefeitura Municipal que edite e publique ato normativo, para reiterar a existência e necessidade da estrada; 3.2 Em caso de existência de legislação municipal: Verificar a possibilidade de realizar uma alteração legislativa ou; Garantir por meio da própria legislação acesso a praia, por meio do instituto da servidão; 4. Encaminhamento de uma notificação extrajudicial, para a garantia do livre acesso. Em caso de continuidade da manutenção dos obstáculos, há disponibilidade da realização de novas diligências parlamentares, inclusive com a possibilidade de solicitar reforço das forças policiais; 5. Sobre as linhas de transmissão e os pequenos agricultores locais: 5.1 Verificação dos valores recebidos pelos agricultores; 5.2 Oficiar as forças policiais, em decorrência dos casos de uso indevido da força e a tratativa com os agricultores; 5.3 Verificar e compreender qual empresa dialoga com os pequenos agricultores da região do 5º Distrito. Caso a empresa seja a GNA Gás Natural Açú S/A, identifica-se a possibilidade de que o Ministério Público Estadual (MPE/RJ) e o Ministério Público sejam acionados; 6. Solicitação de acesso à ata da reunião do mês de dezembro de 2022, realizada pelo